



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Territórios, questão agrária e colapso ambiental

Mulheres rurais entre políticas públicas, território e Agenda 2030

Cynara Pessoa Fontes da Silva¹

Monica Cattafesta²

Resumo: A agricultura familiar desempenha papel central na produção de alimentos, sendo estratégica para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Este estudo analisa como as experiências de mulheres agricultoras em Rio Branco–Acre evidenciam limites na articulação entre políticas públicas e território. Trata-se de pesquisa qualitativa, com entrevistas semiestruturadas realizadas com onze agricultoras, avaliadas segundo a análise de conteúdo de Bardin. Os resultados indicam tensão entre pertencimento e limitação, em que o território se apresenta como espaço de identidade e de restrições estruturais. Observam-se desigualdades no acesso a políticas públicas, infraestrutura e mercados, além da sobrecarga feminina, limitando a efetivação dos ODS 2, 5 e 10.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Mulheres agricultoras; Políticas públicas; Território; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Rural women at the intersection of public policies, territory, and the 2030 Agenda

Abstract: Family farming plays a central role in food production and is strategic for achieving the Sustainable Development Goals (SDGs). This study analyzes how the experiences of women farmers in Rio Branco–Acre reveal limitations in the articulation between public policies and territory. This is a qualitative research study, with semi-structured interviews conducted with eleven women farmers, analyzed according to Bardin's content analysis. The results indicate tension between belonging and limitation, in which the territory presents itself as a space of identity and structural restrictions. Inequalities are observed in access to public policies, infrastructure, and markets, in addition to the female overload, limiting the effectiveness of SDGs 2, 5, and 10.

Keywords: Family farming; Women farmers; Public policies; Territory; Sustainable Development Goals.

1. Introdução

A agricultura familiar ocupa posição relevante na estrutura agrária brasileira, contribuindo para a produção de alimentos, a organização dos territórios e a reprodução social das famílias no meio rural (IBGE, 2022; FAO, 2021). No plano internacional, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece esse segmento como estratégico para

¹ Mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM). Nutricionista. Email: cynara.silva@edu.emescam.br.

² Doutorada em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Espírito Santo e professora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM. Email: monica.cattafesta@emescam.br

o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sobretudo no que se refere à segurança alimentar, à promoção da igualdade de gênero e à redução das desigualdades (ONU, 2015). Tal reconhecimento, entretanto, não elimina as contradições que marcam a efetivação dessas diretrizes em contextos territoriais específicos.

A agricultura familiar, nesse sentido, não pode ser compreendida exclusivamente a partir de sua função produtiva. Conforme Abramovay (1998), trata-se de uma forma de organização social que articula trabalho, família e território, configurando um modo particular de reprodução da vida no campo. O território, por sua vez, não se restringe à dimensão geográfica, sendo produzido socialmente a partir de relações, práticas e significados que estruturam a vida cotidiana (Santos, 1996; Haesbaert, 2004). A atividade agrícola, portanto, incorpora dimensões simbólicas que expressam vínculos, pertencimento e identidade.

Essa identidade constitui um processo dinâmico, produzido nas interações sociais e nas experiências vividas (Hall, 2006). No âmbito da agricultura familiar, o vínculo com a terra assume centralidade na construção de sentidos e no fortalecimento do pertencimento (Mastop-Lima; Beltrão, 2015), conferindo à atividade agrícola significados que ultrapassam sua dimensão econômica. Essas dimensões simbólicas, no entanto, coexistem com estruturas que condicionam e limitam as possibilidades de reprodução social no meio rural.

Diante dessa conjuntura, as políticas públicas voltadas à agricultura familiar, embora tenham ampliado o reconhecimento institucional desse segmento, apresentam limites importantes em sua implementação. Como destacam Grisa e Schneider (2015), o acesso a essas políticas ocorre de forma desigual, condicionado por fatores territoriais, institucionais e sociais. Delgado (2012) evidencia que tais desigualdades estão associadas à própria formação histórica da estrutura agrária brasileira, marcada pela concentração de recursos e pela distribuição desigual de infraestrutura. Nesse panorama, a presença de políticas públicas não assegura, por si só, sua efetividade, sendo necessário considerar as condições concretas em que se dá sua operacionalização (Grisa, 2017; 2022).

No caso das mulheres agricultoras, essas limitações são aprofundadas por relações de gênero que atravessam tanto a esfera produtiva quanto a reprodutiva. A divisão sexual do trabalho, conforme discutido por Hirata e Kergoat (2007), atribui às

mulheres múltiplas responsabilidades, contribuindo para a invisibilização de suas atividades e para a sobrecarga de trabalho. Paulilo (2004) e Siliprandi (2015) demonstram que, mesmo desempenhando papel central na produção agrícola, o trabalho feminino permanece frequentemente desvalorizado, enquanto Biroli (2023) aponta que essas desigualdades são sustentadas por relações de poder que limitam o acesso a recursos e espaços de decisão.

A articulação entre políticas públicas, desenvolvimento local e os ODS é marcada por tensões que ultrapassam o plano normativo. A efetivação da Agenda 2030 depende de condições territoriais desiguais, marcadas por assimetrias estruturais e limitações institucionais. As experiências das mulheres agricultoras evidenciam, assim, tanto a centralidade da agricultura familiar como espaço de pertencimento quanto os limites da materialização dos ODS em contextos periféricos, nos quais a presença de políticas públicas não garante acesso nem efetividade.

Considerando tais elementos, este estudo tem como objetivo analisar como as experiências de mulheres agricultoras em Rio Branco–Acre revelam os desafios de articulação entre políticas públicas, território e a Agenda 2030.

2. Desenvolvimento

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, realizada com mulheres agricultoras vinculadas a cooperativas e associações rurais no município de Rio Branco–Acre. A seleção das participantes ocorreu de forma intencional, adotando como critérios de inclusão: ser mulher, atuar na agricultura familiar e possuir vínculo com cooperativas ou associações rurais. Foram excluídas aquelas que não atenderam a esses critérios, bem como as que não consentiram ou interromperam sua participação na pesquisa. O número de participantes foi definido com base no critério de saturação teórica, conforme Minayo (2017).

Participaram do estudo onze mulheres com idades entre 30 e 65 anos com amplo tempo de atuação na agricultura familiar (3 a 53 anos), cujas trajetórias possibilitaram compreender diferentes experiências no contexto investigado. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, orientadas à exploração das percepções, vivências e desafios relacionados ao trabalho agrícola, às relações de gênero, e à construção de vínculos com o território.

A análise dos dados foi conduzida com base na técnica de análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2016), estruturada em três etapas: pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados. Esse procedimento possibilitou a organização do *corpus*, a codificação das falas e a construção de categorias temáticas orientadas pelos objetivos do estudo.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM), sob o nº 7.565.819 (CAAE nº 87587225.9.0000.5065), em conformidade com a Declaração de Helsinque e a Resolução CNS nº 466/12. Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A análise de conteúdo das entrevistas evidencia que as experiências das mulheres agricultoras em Rio Branco–Acre são atravessadas por limitações estruturais do território, que impactam diretamente a organização do trabalho, a produção agrícola e o acesso às políticas públicas. As falas das participantes revelam dificuldades relacionadas à infraestrutura, ao acesso a recursos e às condições materiais de produção (Quadro 1).

Quadro 1 – Expressões das limitações estruturais e lacunas nas políticas públicas nas falas das participantes

Categoria	Unidade de sentido	Exemplo de fala
Infraestrutura e acesso	Dificuldade de escoamento da produção	- “Falta estrada boa pra escoar a produção” - “[...] se a gente tivesse um ramal de acesso de inverno a verão, um ramal bom, produção não ia faltar”.
Recursos naturais e produção	Limitações no acesso à água	“A falta de água dificulta tudo” - “Quando a bomba quebra, a gente carrega balde de água no braço”.
Condições de trabalho	Sobrecarga decorrente da falta de suporte técnico	“Quando quebra equipamento, o trabalho dobra”. - “Não conseguiu entregar nada”.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

As narrativas destacam que as condições materiais do território estruturam a experiência das agricultoras, revelando lacunas na efetivação das políticas públicas. A precariedade dos ramais, as dificuldades de transporte e a ausência de suporte técnico indicam acesso desigual a recursos e oportunidades. Esse quadro revela um distanciamento entre o desenho institucional das políticas e sua materialização no território, conforme discutido por Grisa e Schneider (2015), além de refletir desigualdades estruturais historicamente constituídas no meio rural brasileiro (Delgado, 2012).

As experiências das participantes também revelam fortes vínculos de pertencimento e identidade com o território (Quadro 2).

Quadro 2 – Expressões do pertencimento ao território nas falas das participantes

Categoria	Unidade de sentido	Exemplo de fala
Pertencimento	Vínculo com a terra	- “A roça pra mim é tudo, meu trabalho, minha história e minha fé”. - “Eu quero continuar plantando, porque a terra ensina a gente a ser forte”.
Identidade	Reconhecimento social	- “tenho orgulho de ser agricultora”. - “Na cooperativa eu tenho voz, na comunidade a gente decide junto”.
Território	Dimensão simbólica	- “A roça é tudo”. - “Sou feliz por ser agricultora, é da terra que tiro o pão da minha família”.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

A coexistência entre limitações estruturais e forte pertencimento ao território revela uma tensão central nas experiências das mulheres agricultoras. De um lado, as condições materiais de produção — marcadas por dificuldades de infraestrutura, acesso a recursos e suporte institucional — impõem entraves concretos à reprodução da atividade agrícola. De outro, as narrativas expressam vínculos simbólicos profundos com a terra, indicando que a agricultura familiar se configura como espaço de identidade, pertencimento e produção de sentido. Essa tensão pode ser compreendida a partir da concepção de território como construção social, na qual dimensões materiais e simbólicas

se articulam (Santos, 1996; Haesbaert, 2004). O território vivido pelas participantes não se reduz às limitações estruturais, mas incorpora elementos de identidade e pertencimento, conforme evidenciado nas falas. Nessa direção, a identidade se constitui como processo produzido nas relações e experiências sociais (Hall, 2006), sendo o vínculo com a terra elemento central na construção de sentidos no meio rural (Mastop-Lima; Beltrão, 2015).

A dimensão simbólica do território, contudo, não elimina as desigualdades que atravessam a vida das agricultoras. As experiências relatadas indicam a sobreposição de funções produtivas, domésticas, de gestão e comunitárias. Essa organização do trabalho reflete a persistência da divisão sexual, que atribui às mulheres múltiplas responsabilidades, frequentemente invisibilizadas (Hirata; Kergoat, 2007). Na agricultura familiar, essa condição se traduz na desvalorização do trabalho feminino, mesmo quando ele é central para a produção (Paulilo, 2004; Siliprandi, 2015), além de reforçar relações de poder que restringem o acesso a recursos e espaços de decisão (Biroli, 2023).

As condições territoriais de Rio Branco–Acre intensificam esses desafios. Trata-se de um contexto marcado por limitações nos sistemas de transporte, distância em relação aos principais centros econômicos e precariedade das vias de acesso, aspectos associados às desigualdades de infraestrutura na Região Norte (IBGE, 2020; IPEA, 2015). Nesse contexto, as condições de deslocamento e escoamento da produção tendem a demandar maior tempo e esforço, o que amplia custos e impõe obstáculos às atividades produtivas das agricultoras, essa realidade é vista na logística local conforme evidenciado nos relatos de campo das agricultoras ao destacarem a precariedade de acesso as vias de acesso as estradas principais através dos ramais.

Esse cenário evidencia que o território não se configura apenas como espaço de pertencimento, mas também como limite concreto ao desenvolvimento territorial. A restrição de acesso a infraestrutura, serviços e mercados interfere diretamente na organização da produção e nas condições de vida, revelando desigualdades na distribuição de recursos e oportunidades (Santos, 1996; Haesbaert, 2004). Nessas condições, a implementação das políticas públicas encontra obstáculos que ultrapassam o plano institucional, sendo condicionada pelas especificidades territoriais.

A literatura aponta que o acesso às políticas públicas ocorre de forma desigual, dependendo das condições concretas de sua operacionalização (Grisa; Schneider, 2015). Neste estudo, as dificuldades de acesso, a burocracia e a ausência de suporte técnico evidenciam um distanciamento entre o desenho institucional das políticas e sua efetivação no território. Delgado (2012) destaca que essas desigualdades estão relacionadas à própria estrutura agrária brasileira, marcada por assimetrias históricas na distribuição de recursos e infraestrutura.

A tradução desse cenário nos ODS expõe limites concretos no alcance de suas metas. A implementação do ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) evidencia contradições relevantes, uma vez que, embora a agricultura familiar seja reconhecida como estratégica para a segurança alimentar (ONU, 2015; FAO, 2021), as limitações territoriais e estruturais comprometem a capacidade produtiva e a inserção das agricultoras em mercados, dificultando a consolidação de sistemas alimentares sustentáveis.

No tocante ao ODS 5 (Igualdade de Gênero), as experiências das participantes apontam a persistência de desigualdades estruturais associadas à divisão sexual do trabalho, à sobrecarga feminina e à invisibilização do trabalho das mulheres. Essas dinâmicas não apenas limitam a autonomia das agricultoras e sua participação em espaços de decisão, como também revelam que a promoção da igualdade de gênero no meio rural encontra obstáculos que extrapolam a formulação de políticas, estando diretamente relacionados às formas de sua implementação em contextos marcados por desigualdades históricas e territoriais (Hirata; Kergoat, 2007; Biroli, 2023).

Em relação ao ODS 10 (Redução das Desigualdades), os resultados evidenciam que as assimetrias territoriais e institucionais restringem o acesso equitativo a recursos, políticas públicas e oportunidades. O desenvolvimento rural, nesse sentido, não se distribui de maneira homogênea, sendo condicionado por fatores históricos, espaciais e institucionais que reproduzem desigualdades no interior dos territórios (Grisa, 2017, 2022; Sabourin *et al.*, 2021). Esse quadro traduz os limites concretos na efetivação de suas metas, especialmente em contextos periféricos, nos quais as condições estruturais dificultam a redução das desigualdades.

As experiências das mulheres agricultoras evidenciam, portanto, que a articulação entre políticas públicas, desenvolvimento local e os ODS não se concretiza de forma homogênea. A agricultura familiar permanece como espaço de pertencimento, identidade e produção de vida, mas também como espaço de restrições que limitam a efetividade das políticas públicas e o avanço das metas da Agenda 2030.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, instituída pela Organização das Nações Unidas em 2015, constitui um plano global composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, voltado à promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental (ONU, 2015). No contexto brasileiro, contudo, sua incorporação tem ocorrido de maneira desigual, marcada por descontinuidades e por dificuldades na definição, operacionalização e execução das metas nacionais. Essas dificuldades incluem aspectos institucionais e conjunturais que fragilizam as políticas públicas, comprometendo o avanço no cumprimento dos objetivos e evidenciando a necessidade de fortalecimento das estratégias de implementação dos ODS no país (Arpini, 2023).

3. Considerações finais

Os resultados evidenciam que as experiências das mulheres agricultoras em Rio Branco–Acre são marcadas por uma tensão entre pertencimento e limitação. O território se configura como espaço de identidade, impondo restrições ao trabalho, à produção e ao acesso às políticas públicas.

As limitações de infraestrutura, as dificuldades de acesso e a insuficiência de suporte institucional indicam um distanciamento entre o desenho das políticas públicas e sua efetivação no território. Essas condições, associadas às desigualdades de gênero, evidenciam obstáculos à promoção da autonomia das mulheres e à sua participação em espaços de decisão.

No que se refere aos ODS, os achados apontam limites concretos à implementação das metas relacionadas à segurança alimentar (ODS 2), à igualdade de gênero (ODS 5) e à redução das desigualdades (ODS 10).

Como limitação, destaca-se o recorte territorial e o número de participantes, o que não permite generalizações. Ainda assim, a abordagem qualitativa possibilitou compreender, de forma aprofundada, as experiências das mulheres agricultoras e as

dinâmicas que atravessam o território-

O estudo contribui para o debate sobre agricultura familiar, gênero e desenvolvimento sustentável, ao evidenciar que a efetividade das políticas públicas depende de sua articulação com as especificidades territoriais e sociais.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1998. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5717879/mod_resource/content/1/Abramovay_Paradigmas.pdf. Acesso em: 15 mar. 2026.

ARPINI, Carlos Gabriel. **A Agenda 2030 e a internalização brasileira**. Revista Brasileira de Ciências do Desenvolvimento Humano, v. 33, n. 3, 2023. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v33n3/pt_0104-1282-rbcdh-33-3-0487.pdf. Acesso em: 24 abr. 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2023.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/245770/000899407.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2026.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **The State of Food and Agriculture 2021: Making agrifood systems more resilient to shocks and stresses**. Rome: FAO, 2021. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/bitstreams/33a53e2f-0a8d-4d1d-93b3-780fdd7f338b/download>. Acesso em: 15 abr. 2026.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: avanços e desafios**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 53, n. 1, p. 125–142, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/>. Acesso em: 15 abr. 2026.

GRISA, Catia. **Políticas públicas para a agricultura familiar: trajetória e dinâmicas recentes**. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/107/107131/tde-07072017-140645/en.html>. Acesso em: 15 abr. 2026.

GRISA, Catia. Public policies and family farming in Brazil: recent developments. 2022. Disponível em: <https://hal.science/hal-03764817/document>. Acesso em: 15 abr. 2026.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4342185/mod_resource/content/1/HAESBAERT_Mito_da_desterritorializacao.pdf. Acesso em: 08 mar. 2026.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4353089/mod_resource/content/1/HALL_Identidade_cultural.pdf. Acesso em: 08 mar. 2026.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595–609, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/>. Acesso em: 15 abr. 2026.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades: REGIC 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 abr. 2026.

IPEA. **Infraestrutura econômica no Brasil: diagnósticos e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2015. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3979/1/Infraestrutura_econ%C3%B4mica_no_Brasil_diagn%C3%B3sticos_e_perspectivas.pdf. Acesso em: 23 abr. 2026.

MASTOP-LIMA, Luiza de Nazaré; BELTRÃO, Jane Felipe. **Identidade e território: saga, construção e situação de etnicidade entre agricultores familiares**. Tessituras, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 64–97, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/tessituras/article/view/5375>. Acesso em: 15 abr. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 15 abr. 2026.

PAULILO, Maria Ignez S. **Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise**. Revista Estudos Feministas, v. 12, n. 1, p. 229–252, 2004. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-026x2004000100012&script=sci_abstract. Acesso em: 01 abr. 2026.

SABOURIN, Eric; SAMBUICHI, Regina; OLIVEIRA, Maria José de (org.). **Agricultura familiar no Brasil: desafios e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/210524_agricultura_familiar_no_brasil.pdf. Acesso em: 2025.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 1996.

SCHNEIDER, Sergio. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural**. Sociologias, Porto Alegre, n. 11, p. 88–125, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/>. Acesso em: 22 mar. 2026.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2015. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/50229520/9622-40430-1-PB-libre.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2026.